



1  
2 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
3 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH  
4 SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
5 CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

**53ª Reunião Ordinária do  
Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI**

**Dia 26 de outubro de 2011 – Brasília/DF**

6 Ao vigésimo sexto dia do mês de outubro de dois mil e onze, reuniu-se o Conselho Nacional  
7 dos Direitos do Idoso – CNDI, para sua 53ª Reunião Ordinária, sob a Presidência da Sra.  
8 Karla Cristina Giacomini. **Presentes.** Conselheira Sara Maria Araújo Melo – *Titular da*  
9 *Associação Nacional dos Defensores Públicos/ANADEP*; Conselheira Adriana Zorub Fonte  
10 Feal – *Ordem dos Advogados do Brasil/OAB*; Lúcia Rosa – *Coordenadora-Geral do CNDI*;  
11 Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo – *Associação Nacional do Ministério*  
12 *Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência/AMPID*; Conselheiro  
13 Nelson Campos – *Ministério da Justiça/MJ*; Conselheiro João Batista Lima Filho – *Titular da*  
14 *Pastoral da Pessoa Idosa/PPI*; Conselheira Vitória Góes – *Conselho Federal de Serviço*  
15 *Social/CEFESS*; Conselheira Jacira do Nascimento Serra – *Suplente da Associação*  
16 *Nacional de Gerontologia do Brasil/ANG*; Sr. Araújo – *Fórum Nacional Permanente da*  
17 *Sociedade Civil*; Conselheira Magda Hennes – *Titular do Ministério das Cidades*;  
18 Conselheira Helena de Carvalho Forte – *Titular do Ministério da Ciência e Tecnologia*;  
19 Conselheira Júlia Fúria Costa – *Titular do Ministério da Cultura*; Conselheira Maria Leonor  
20 Brenner Ceia Ramos – *Titular do Ministério do Esporte*; Conselheira Fátima Rodrigues  
21 Guimarães – *Suplente Ministério da Justiça*; Conselheira Nilma Paulo – *Titular do Ministério*  
22 *da Previdência Social*; Conselheira Luiza Fernandes Machado – *Titular do Ministério da*  
23 *Saúde*; Conselheira Helen Oliveira Pernin – *Suplente do Ministério da Saúde*; Conselheiro  
24 Natalino Cassaro – *Titular da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*;  
25 Conselheiro Marcos Wandresen – *Titular da Confederação Brasileira de Aposentados e*  
26 *Pensionistas*, Conselheiro Nelson de Miranda Osório – *Suplente da Confederação Brasileira*  
27 *de Aposentados e Pensionistas*, Conselheira Vera Nícia Fortkamp de Araújo – *Titular da*  
28 *Associação Nacional de Gerontologia do Brasil*; Conselheira Sandra de Mendonça Mallet –  
29 *Titular do Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento*; Conselheira  
30 Claire da Cunha Beraldo – *Suplente do Serviço Social do Comércio*; Alexandre de Oliveira  
31 Alcântara – *Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e*  
32 *Pessoas com Deficiência*; Conselheiro Emídio Rebelo Filho - *Titular da Ordem dos*

*Claudia/CNDI-SDH*

33 *Advogados do Brasil; Conselheira Lilian Alicke – Titular da Associação Brasileira de*  
34 *Alzheimer e Doenças Similares; Conselheiro Cristiano Cláudio Torres – Titular do*  
35 *Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase; Conselheiro João*  
36 *Batista Lima Filho – Titular da Pastoral da Pessoa Idosa; Rosemeire Rodrigues – Secretária*  
37 *Executiva do CNDI; Ivanilda Figueiredo – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da*  
38 *República; Claudedir Barbosa – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da*  
39 *República; Márcia Oliveira – Coordenadora da Política Nacional do Idoso; Nadine Borges –*  
40 *Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos. **Abertura.** A Presidente do CNDI*  
41 *Karla Cristina Giacomini iniciou os trabalhos cumprimentando a todos e fazendo a verificação*  
42 *de quórum. Visto que ainda não se faziam presentes em Plenária, o número de membros*  
43 *suficientes para deliberações solicitou que a nova representação da Secretaria de Direitos*  
44 *Humanos da Presidência da República naquele Conselho, Sr. Claudedir Barbosa da Silva e*  
45 *Sra. Ivanilda Figueiredo se apresentassem. Depois das devidas apresentações a Sra.*  
46 *Ivanilda Figueiredo informou que como chefe de Gabinete da Secretária Nacional de Defesa*  
47 *dos Direitos Humanos e devido a grande demanda de trabalho da Sra. Nadine Borges,*  
48 *Secretária Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, estaria ali representando a secretária*  
49 *que não poderia participar de todas as reuniões. Informou que na reunião apresentariam*  
50 *também a nova Coordenadora do CNDI. Em seguida a Presidente do CNDI Karla Cristina*  
51 *Giacomini anunciou a chegada da nova Secretária Executiva do Conselho Nacional dos*  
52 *Direitos do Idoso, Sra. Rosemeire Rodrigues. Em seguida informou que foi encaminhado à*  
53 *Ministra Maria do Rosário Nunes, com cópia para cada membro do CNDI, uma mensagem*  
54 *eletrônica falando sobre o primeiro ano de gestão do Conselho Nacional do Idoso, onde*  
55 *expunha à Ministra os três grandes desafios da gestão atual, o Fundo Nacional do Idoso, a*  
56 *Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria Executiva do Conselho.*  
57 *Isso, devido ao motivo de não ter acontecido, como previsto, a captação de verbas e o*  
58 *lançamento de editais. O e-mail solicitava ainda esclarecimentos em relação aos projetos,*  
59 *onde seria utilizado o Fundo Nacional do Idoso, e a definição de perfis de utilização.*  
60 *Lembrou que na gestão anterior o Conselho deliberou a Resolução número 07/2010 que*  
61 *nunca havia sido publicada pela Secretaria de Direitos Humanos, para a realização de um*  
62 *Comitê ou Grupo de Trabalho sobre o Fundo Nacional do Idoso, por isso o Grupo criado não*  
63 *tinha sustentação para trabalhar a dar celeridade às ações. Destacou que aquela era a*  
64 *primeira vez que o Brasil tinha um Fundo Nacional do Idoso para a realização de ações em*  
65 *defesa dos direitos da Pessoa Idosa, então, era fundamental que o Conselho vencesse as*  
66 *dificuldades. No e-mail enviado à Ministra Maria do Rosário continha o andamento também*  
67 *da Conferência Nacional do Idoso, algo que a própria Presidenta daria ciência ao Conselho.*  
68 *E o terceiro desafio que era a estabilidade executiva do conselho, pois havia muita*  
69 *dificuldade de acompanhar todos os processos da Secretaria de Direitos Humanos e o*  
70 *mesmo não possuía uma secretaria estabilizada para lidar com as situações. Ponderou que*

71 jamais enfrentaram as dificuldades que ora enfrentava com as ações do Conselho, devido a  
72 instabilidade do mesmo. A Presidente do CNDI Karla Cristina Giacomini também informou  
73 que já tinha recebido resposta da ministra Maria do Rosário que parabenizou a preocupação  
74 do Conselho e informou que o CNDI receberia uma apresentação, ainda naquela Plenária  
75 de um relatório da Secretaria de Direitos Humanos respondendo a todas as questões feitas  
76 no e-mail. Em seguida a Presidente do CNDI anunciou a chegada da Sra. Nadine Borges,  
77 Secretária Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. A Sra. Nadine Borges cumprimentou  
78 a todos. Lembrou que esteve presente em reunião do Conselho, onde tentou na medida do  
79 possível responder a todos os questionamentos, quanto à estrutura e organização da  
80 Conferência. Reiterou que houve troca da secretaria executiva do Conselho, que assumira a  
81 Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e a nova representação da SDH/PR  
82 no CNDI. Informou que apresentaria ainda a nova Coordenadora da Política do Idoso.  
83 Ponderou que gostaria de ouvir os Conselheiros para sanar possíveis dúvidas que eles  
84 tivessem acerca do andamento geral dos trabalhos. Informou que o decreto que  
85 regulamentava a captação de recursos do Fundo já havia sido enviado à Casa Civil e se  
86 tudo desse certo seria publicado antes mesmo da Conferência Nacional dos Direitos do  
87 Idoso. Informou da parceria com os Correios que através de um termo de cooperação, onde  
88 o correio lançaria um selo alusivo à questão do idoso. Por fim, agradeceu a todos, e  
89 disponibilizou-se a responder todos os questionamentos. Na Sequência a Conselheira Sara  
90 Maria Araújo Melo (ANADEP) solicitou que qualquer publicação que ainda estivesse  
91 pendente fosse informada por escrito à Comissão de Normas, para que se houvesse alguma  
92 correção, esta fosse providenciada. A Conselheira Adriana Zorub Fonte Feal (OAB)  
93 complementou que se tratava da Resolução de 07 de outubro de 2010 que dispunha sobre a  
94 instituição de critérios para utilização do Fundo Nacional do Idoso e dava outras  
95 providências. Ponderou que a Sra. Lúcia Rosa (CNDI) havia repassado a informação de que  
96 o advogado opinou pela não publicação da resolução em primeira análise, pois não havia  
97 necessidade de ser publicada para o CNDI gerir o fundo. A Presidente do CNDI Karla  
98 Cristina Giacomini ponderou se tratava da questão da necessidade ou não de uma  
99 regulamentação do fundo, pois havia uma interpretação de que o Fundo era autoaplicável,  
100 que não caberia regulamentação. Esclareceu que a resolução em questão tratava dos  
101 critérios os quais o Fundo seria aplicado e o que incomodava o Conselho naquele momento  
102 era o fato do Conselho propor e aprovar uma resolução e esta ser vetada, ou não publicada,  
103 pois, em sua opinião, não poderia haver veto sobre uma resolução aprovada no Conselho,  
104 porém, se houvesse realmente uma questão de ilegalidade deveria haver um retorno extra  
105 da Resolução ao Plenário e à Comissão que gerou a mesma para sanar possíveis  
106 ilegalidades. A Conselheira Adriana Zorub Fonte Feal (OAB) ponderou que todos na  
107 Comissão de Normas eram advogados de formação na área de jurídica e não acreditava  
108 que tivessem deixado passar uma ilegalidade na resolução. A Sra. Nadine informou que já

109 havia solicitado para se fazer presente naquela Plenária o Advogado da União, André  
110 Cavas, que trabalhava na SDH que havia encaminhado a sugestão de não publicar a  
111 resolução, para dar maiores esclarecimentos. Em seguida solicitou que a Sra. Lúcia Rosa  
112 (CNDI) esclarecesse a informação dada. A Sra. Lúcia Rosa esclareceu que a informação  
113 que passou era de que não haveria necessidade da resolução ser publicada, porque nada  
114 impedia do Conselho utilizar-se dela. A Conselheira Nilma Paulo (MPS) confirmou a versão  
115 da Sra. Lúcia Rosa (CNDI) e ponderou que o que a Comissão queria era ver a publicação  
116 da Resolução, pois isso que de fato interessava. A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro  
117 de Araújo (AMPID) complementou dizendo que na reunião, no Hotel Fênix, em agosto, a  
118 Comissão fez uma análise comparativa da resolução com o Fundo da Criança onde  
119 concluíram que algumas coisas poderiam ser melhoradas, não se tratava de ilegalidade, por  
120 tais motivos a publicação da Resolução 07/2010 foi ratificada. Lembrou que na reunião de  
121 Belém mais uma vez foi solicitado esclarecimentos sobre a publicação da Resolução e na  
122 ocasião receberam promessa de um representante da SDH presente que em 48 horas,  
123 contados a partir daquele dia, o Conselho receberia o número do protocolo da publicação  
124 para que pudessem acompanhar, porém, até aquela data não tinham recebido ainda o  
125 mencionado protocolo. A Conselheira Nilma Paulo (MPS) ressaltou que mais grave que a  
126 não publicação da Resolução sete era a publicação da Resolução Oito, por isso deveria  
127 haver uma questão de numeração das resoluções do Conselho. A Conselheira Adriana  
128 Zorub Fontes Feal (OAB) destacou que gostaria de isentar a Sra. Lúcia Rosa (CNDI) de  
129 qualquer responsabilidade sobre toda aquela discussão. Lembrou que na ocasião do  
130 recebimento da informação solicitou à Sra. Lúcia Rosa que fosse atrás da informação dada  
131 por escrito, pois era assim que se fazia juridicamente. Aproveitou o ensejo para solicitar que  
132 a partir daquela discussão, para evitar que coisas daquele tipo acontecessem e visando a  
133 transparência que todas as manifestações referentes ao CNDI fossem feitas por escrito. A  
134 Sra. Nadine Borges a fim de dar encaminhamento à questão informou que juntamente com  
135 o Sr. André Cavas formalizariam e apresentariam por escrito dentro de alguns minutos a  
136 resposta da SDH em relação ao assunto em discussão, pois particularmente, como  
137 Secretária Nacional não se sentia à vontade de estar frente ao Conselho Nacional do Idoso  
138 sem um posicionamento único da SDH em relação ao tema. A Presidente do CNDI Karla  
139 Cristina Giacomini ressaltou que a questão do Fundo Nacional do Idoso era apenas um  
140 exemplo das dificuldades que o Conselho tinha dentro da Secretaria de Direitos Humanos.  
141 Enfatizou que existia uma dificuldade muito grande do Conselho Nacional dos Direitos do  
142 Idoso funcionar dentro da Secretaria de Direitos Humanos, devido às instabilidades a que  
143 eram submetidos. Lembrou que a Secretaria de Direitos Humanos acolhia o Conselho  
144 Nacional dos Direitos do Idoso, competia a ela manutenção do Conselho, oferecer os meios  
145 para que o mesmo funcionasse. O que ocorria era que o Conselho era um órgão autônomo  
146 e deliberativo sobre a Política Nacional do Idoso no que tangia as defesas dos direitos da

147 pessoa idosa e a Secretaria de Direitos Humanos participava do colegiado. Então, ela tinha  
148 ciência do que foi debatido e votado naquele Conselho. O grande problema é que existia  
149 uma diferença muito grande daquilo que o Conselho decidia e o que a Secretaria  
150 encaminhava e o Conselho simplesmente não sabia a razão de tal diferença. Ponderou que  
151 não estava fazendo nenhuma acusação, estava relatando como as coisas aconteciam, por  
152 isso, cabia anuência da Secretaria dos Direitos Humanos sobre a resolução que era do  
153 Conselho. Destacou que era muito triste todo aquele colegiado chegar a outubro de 2011  
154 sem ter tido os meios que caberia à SDH proporcionar para aquela gestão. Reiterou por fim  
155 que aquela não era uma questão relativa apenas ao Fundo, mas ao funcionamento geral do  
156 CNDI. A Sra. Nadine Borges esclareceu reiterando que sobre as resoluções ainda não  
157 publicadas a resposta seria dada formalmente, por escrito, ainda naquela reunião Plenária.  
158 Em relação os compromissos da SDH, de fato a partir do momento que havia participação e  
159 assento em um Conselho havia responsabilidade sobre as ações e deliberações que atingia  
160 também os representantes de todos os outros Ministérios e que aquele era um assunto da  
161 área do Governo e seria tratado enquanto Governo. Solicitou uma reunião imediata com  
162 todos os representantes do Governo que tinham assento no CNDI, e caso não pudessem se  
163 fazer presentes a Ministra entraria em contato pessoalmente com os Ministros das pastas  
164 para a viabilização da reunião. Ponderou que aquele tipo de situação não poderia ocorrer  
165 num Conselho Nacional que devia ser referência para o todo país e quando um conselheiro  
166 da SDH participava era papel da Presidência do Conselho cobrar e da secretaria executiva  
167 do Conselho executar, mas era papel primordial do representante da SDH fazer o diálogo e  
168 acompanhar os encaminhamentos. Por derradeiro apresentou a Sra. Márcia de Oliveira,  
169 nova coordenadora da Política do Idoso. A Sra. Nilma Paulo (MPS) ponderou que não  
170 adiantava uma reunião só com os Conselheiros representantes governamentais que  
171 estavam naquela reunião, era preciso convocar os representantes de Ministérios que  
172 participaram somente da posse da nova gestão do Conselho e nada mais. A Sra. Karla  
173 Cristina Giacomin ressaltou que quando a Secretaria de Direitos Humanos assumiu a  
174 Política Nacional do Idoso ela teria que estar mais bem preparada para acolher a política e  
175 tudo que ela representava. O que ocorria é que o Conselho descobriu na reunião de agosto  
176 que o Regimento Interno da Secretaria de Direitos Humanos não continha dentro de suas  
177 atribuições a Coordenação da Política Nacional do Idoso, por isso um erro não podia  
178 justificar o outro. Enfatizou que foi feito pedido de revisão no Regimento do Conselho  
179 incluindo a gestão do Fundo. Em relação à Coordenação da Política Nacional do Idoso deu  
180 às boas vindas à nova coordenadora e destacou que o CNDI tinha muita expectativa com a  
181 sua chegada, pois, caberia a ela fazer a intermediação com todos os representantes  
182 governamentais e garantir que houvesse a Política Nacional do Idoso de fato conduzida pela  
183 Secretaria de Direitos Humanos. Em seguida solicitou que a nova Coordenadora da Política  
184 Nacional do Idoso se apresentasse. A Sra. Marcia Oliveira cumprimentou a todos e informou

185 que fora convidada a fazer parte da equipe que atuava na área de promoção do direito do  
186 idoso. Salientou que em conversa com a Ministra Maria do Rosário teve ciência de quais  
187 eram os desafios, a intenção e a convicção de que era preciso enfrentar e construir coisas  
188 interessantes na área do idoso. Informou que estava vindo de São Paulo, tinha formação na  
189 área de educação, mas possuía também uma luta nos movimentos sociais na luta pela  
190 promoção dos direitos. Finalizou afirmando que era um enorme prazer estar naquela  
191 Plenária. Solicitou apenas ao Conselho um pouco de tempo para que pudesse se apropriar  
192 das principais questões que estavam postas no Conselho. Por fim se colocou à disposição.  
193 A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo (AMPID) questionou se a Sra. Márcia  
194 tinha alguma experiência em gestão de entidades, qual sua formação como gestora e não  
195 gestora. Tinha-se experiência na área do envelhecimento. Justificou os questionamentos  
196 dizendo que era importante o Conselho ter noção do currículo e atividades da nova  
197 Coordenadora da Política Nacional do Idoso. A Sra. Marcia Oliveira, em resposta aos  
198 questionamentos da Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo informou que era  
199 educadora, porém não fazia parte do serviço público. Destacou que sua história vinha do  
200 campo da Sociedade Civil organizada. Informou que era formada em educação com  
201 mestrado e especialização pela Faculdade de Minas Gerais na área de Conselheiros de  
202 gestão pública e trabalhava na área de educação de Jovens e Adultos. Diante do exposto a  
203 Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo solicitou que a Sra. Márcia Oliveira  
204 enviasse a todos do Conselho um organograma da Coordenação da Política do Idoso  
205 contendo informações como, telefones e e-mails, bem como o funcionamento do mesmo.  
206 Solicitou a Sra. Márcia Oliveira que recebesse o Plano Nacional de Educação e fizesse uma  
207 avaliação, na tentativa de contribuir no sentido de que no Plano o segmento idoso em  
208 nenhum momento era contemplado. A Conselheira Jacira do Nascimento Serra (ANG)  
209 afirmou achar estranho haver tantos geriatras, gerontólogos e pessoas no Brasil inteiro  
210 militando na área do idoso e convidarem uma pessoa para coordenar a Política Nacional do  
211 Idoso uma pessoa que não tinha experiência e nem militância com a temática. Explicitou sua  
212 insegurança em relação á temática, da sua preocupação dos trabalhos estarem sempre  
213 começando, já que pessoas que desconheciam o assunto precisavam ler e aprender tudo  
214 para dar novamente início aos trabalhos. Reconheceu a boa vontade da nova Secretária,  
215 mas como representante da Associação Nacional queria deixar registrado que pessoas que  
216 tinham uma história registrada na militância estavam se perdendo por falta de indicações e  
217 incentivo. Lembrou que já militava na política nacional do idoso há 26 anos em São Luís e  
218 que participou de todas as reuniões com muita luta para se chegar à Política Nacional,  
219 continuou dizendo da experiência nessa discussão e isso é que a deixava insegura quanto à  
220 escolha de alguém sem militância na causa. A Sra. Adriana Zorub Fonte Feal (OAB)  
221 complementou dizendo que ela, enquanto representante da Comissão de Normas,  
222 manifestava-se no mesmo sentido direcionando a questão para a Secretaria, a fim de saber

223 assim a razão da indicação. Reforçou que o questionamento não se tratava da capacidade  
224 da Sra. Márcia Oliveira, mas a especialidade na questão do idoso. Lembrou que para  
225 coordenar a Política Nacional do Idoso era imprescindível o entendimento da Comissão de  
226 Normas direcionada com a Secretaria. A Conselheira Sara Maria Araújo Melo pediu  
227 desculpas á Sra. Márcia Oliveira, mas questionou qual seria o conhecimento da mesma em  
228 relação ao próprio Estatuto do Idoso, à própria Política Nacional do Idoso que seria um  
229 instrumento dela de trabalho, seria a Bíblia dela a partir de então. Lamentou que viesse  
230 alguém que tivesse experiência somente em educação de jovens e adultos. A Sra. Ivanilda  
231 Figueiredo pediu a palavra, para expressar sua opinião, disse que entendia as críticas de  
232 todos, mas pediu um voto de confiança, explicou que havia motivo para ter escolhido a Sra.  
233 Márcia Oliveira. Explicou que havia modificações na gestão, e que isso não estava sendo  
234 escondido, houve modificações recentes e que a Sra. Márcia Oliveira era uma adição  
235 recente. A escolha dela estava dentro da ideia de colocar a Política Nacional do Idoso de  
236 modo integrado com as demais políticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos  
237 Humanos. Continuou dizendo que de modo algum desprezavam a opinião dos especialistas,  
238 das pessoas que militavam na área, das pessoas que estavam envolvidas no tema há mais  
239 tempo e ao contrário, valorizavam essa opinião, tanto que estavam ali na reunião para  
240 mostrar a todos não só em presença, mas o empenho de todos. Repetiu que não havia de  
241 modo algum um desprezo, uma desconsideração pela área retratada na escolha. Era uma  
242 escolha política, mas a Sra. Márcia Oliveira era uma pessoa extremamente capaz, que  
243 estaria ali para construir com todos e todas. O Conselheiro Nelson Campos (MJ), relatou  
244 que cargo de DAS era cargo de confiança, não era nomeado, então não cabia discutirem a  
245 formação, o perfil que deveria ter a coordenadora do Conselho. Deixou bem claro que era  
246 uma posição política e de confiança, que não deveria se discutir mais nada sobre isso,  
247 porque era uma decisão. A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo expressou  
248 que a palavra voto de confiança não soava bem mais, visto que não se sabia mais o que se  
249 que se podia esperar da Secretaria de Direitos Humanos. Pediu que a Sra. Ivanilda  
250 Figueiredo que entendesse sinceramente que voto de confiança estava muito desgastado.  
251 Relatou que a gestão do sucessor de Sr. Eduardo Ramirez Meza foi catastrófica, e que para  
252 completar ainda continuavam vivendo as catástrofes de desrespeito. Faltava equipamento,  
253 faltava pessoal. Relatou as inúmeras mudanças pelas quais o Conselho passava e que os  
254 membros nem eram comunicados, que havia uma total descontinuidade do serviço.  
255 Presidente do CNDI Karla Cristina Giacomini pediu o turno da fala e disse dirigindo-se ao  
256 Conselheiro Nelson Campos, que não se estava falando somente da estrutura do Conselho,  
257 mas do que estavam passando, que todos estavam conhecendo a Sra. Márcia Oliveira  
258 naquele momento e que a mesma era uma pessoa de boa fé, que todos que chegaram  
259 foram recebidos com boa fé e boa vontade, o que ocorria era que ela iria gerir a Política  
260 Nacional do Idoso e não tinha uma vivência na área, nem bagagem. O que todos

261 questionavam, não era a escolha da SDH, mas o que vinha junto com essa escolha, que  
262 eram os riscos que todos assumiam, e que pedir de novo outro voto de confiança deixava a  
263 todos em uma situação de insegurança. O Conselheiro Nelson Campos, em resposta à  
264 Presidente Karla Cristina Giacomini, afirmou que era uma decisão política, era uma  
265 competência da Secretaria, que aquele assunto não deveria ser discutido e que todos  
266 estavam divergindo de uma pauta. A Presidente Karla Cristina Guiacomini concordou com o  
267 Conselheiro Nelson Campos de que não valia à pena o debate. Pediu ainda que registrasse  
268 em ata, a sensação do grupo de descontentamento com a escolha. O Conselheiro Nelson  
269 Campos discordou dizendo que aquele não era assunto que deveria constar em ata. A  
270 Conselheira Vitória Góes pediu a palavra e explanou sua opinião, relatando que concordava  
271 com a posição do Conselheiro Nelson Campos. A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro  
272 de Araújo discordou da Conselheira Vitória Gois, dizendo que o Conselho não iria intervir,  
273 mas que o Conselho tinha o controle da Política Nacional do Idoso, que todos estavam ali  
274 para fazer este controle e execução. A Conselheira Vitória Góes novamente pediu a palavra  
275 e explicou que não era mesmo controle, mas não competia do seu ponto de vista ao  
276 Conselho, questionar as escolhas de Secretários. Que a discussão estava tomando lugar da  
277 imensa pauta que precisava ser cumprida, que os Conselheiros não haviam sido chamados  
278 para se posicionar a favor ou contra da indicação da coordenação. A Presidente Karla  
279 Cristina Giacomini lembrou que a inclusão da Coordenadora Márcia Oliveira como ponto de  
280 pauta foi uma abertura. A Secretária que quis apresentar a Sra. Márcia Oliveira, que não  
281 houve fuga da pauta, que à medida que a pauta cabia uma resposta da Ministra que nos  
282 informou que nos entregaria um relatório naquele dia por e-mail, que a Secretaria de Direitos  
283 Humanos apresentaria um relatório. E a secretária veio e que o Conselho estava acolhendo  
284 a Coordenadora indicada com muito prazer, a própria Secretária quis apresentar a nova  
285 Coordenadora Márcia Oliveira e dentro da condução da pauta. Com relação à divergência  
286 de opiniões, relatou que o Conselho tinha total maturidade para lidar com as divergências de  
287 opinião, que não estavam ali impondo nenhuma discussão. A Secretária Ivanilda Figueiredo  
288 destacou que todos estavam dizendo que estavam dispostos a dialogar e que a Secretaria  
289 de Direitos humanos estava se colocando para o diálogo, que não existia diálogo sem  
290 confiança. Afirmou que diálogo precisava de confiança e que seu grupo estava ali diante do  
291 Conselho demonstrando o empenho em tentar resolver os problemas que existiram. O Sr.  
292 Claudécir Barbosa, iniciou sua fala, apresentando sua trajetória de trabalho ao Conselho.  
293 Disse que era sociólogo, que tinha uma militância política nos movimentos sociais desde a  
294 Pastoral Juventude, que das bases da Igreja e que aos 40 anos era um dos Coordenadores  
295 da Política do Idoso na cidade de Paribé, sua terra natal. Continuou que ainda era vereador  
296 de sua cidade que estava trabalhando também no Fundo Municipal do Idoso na cidade,  
297 também na política do idoso na região que tinha contato com a Federação dos  
298 Trabalhadores do Rio Grande do Sul, na área da aposentadoria dos pensionistas do Rio

299 Grande do Sul. Relatou que se não tinha a idade cronológica para muitas vezes estar num  
300 posto, tinha uma política de ter vontade de fazer as coisas. Concluiu dizendo que não  
301 pediria voto de confiança, mas que soubessem que estava ali para fazer a gestão funcionar.  
302 A Presidente Karla Cristina Giacomini pediu para abrir arquivo proposta de pauta para fazer  
303 o encaminhamento em relação ao assunto em discussão, logo após a conclusão da fala da  
304 Coordenadora Márcia. A Coordenadora Márcia Oliveira iniciou sua conclusão relatando que  
305 não estava assustada, nem iria desistir, que estar na coordenação do Conselho Nacional do  
306 Idoso não era uma aventura, passava por uma concepção de gestão que pensava que a  
307 Política do Idoso tinha de estar em diálogo e integrada a outras áreas, fazendo um trabalho  
308 diferenciado. Relatou que acolhia as angústias e os protestos do grupo sem problema  
309 nenhum, que havia conversado com a Ministra, que tinha conhecimento das questões que  
310 haviam para serem enfrentadas. Explicou que estava chegando, que se apropriaria da  
311 dinâmica do CNDI e que juntos tinham muito para construir. Que já havia feito a leitura dos  
312 documentos, e o acompanhamento das políticas, quanto a isso não haveria problemas. A  
313 Presidente Karla Cristina Giacomini, tomou o turno da fala para concluir o assunto. Relatou  
314 que a nova coordenadora da Política Nacional do Idoso foi apresentada aos membros do  
315 Conselho e que foram expressas opiniões a respeito da sua chegada. Pediu que o conselho  
316 confirmasse a sua assertiva, o que foi atendida prontamente. Em seguida passou á  
317 aprovação de pauta. Explicou que quando a reunião começou não havia quórum suficiente e  
318 a pauta começava com a leitura e aprovação das Atas anteriores que não haviam sido  
319 degravadas e apresentadas ao Conselho. Continuou relatando que a proposta de pauta  
320 seria começar pelos resultados dos trabalhos da Comissão, depois apresentariam a  
321 Conferência Nacional da Pessoa Idosa e que da Conferência teriam algumas definições que  
322 deveriam ser tratadas em relação ao próximo exercício do ano subseqüente que viria com  
323 uma agenda extensa e alguns informes sobre situações de eventos que viriam a acontecer.  
324 Não havendo nenhuma discordância, a Presidente considerou aprovada por unanimidade a  
325 proposta de pauta que ficou em vigência naquele momento. Pediu que os presentes  
326 aguardassem informações sobre a leitura e aprovação das atas anteriores. A conselheira  
327 Adriana Zorub Fonte Feal pediu a palavra e relatou que no dia anterior estiveram reunidos  
328 com a Coordenadora da Comissão de Normas, para tratar de assuntos da pauta que restou  
329 prejudicada e para a leitura e apreciação das eventuais respostas dos ofícios enviados aos  
330 ministérios, tendo em vista que os mesmos não foram respondidos até data da referida  
331 reunião. Relatou que um dos ofícios a que o grupo teve acesso foi protocolado no dia 19 de  
332 outubro, concluindo que por este motivo estava muito cedo para se tomar qualquer  
333 providência a respeito dele. Explicou que foi proposto que a Secretaria entrasse em contato  
334 por telefone e fizesse um informe á Comissão de Normas por escrito, mencionando o  
335 resultado dos telefonemas, que o ofício estava para ser apreciado, que já estava de posse  
336 do ministro e que todos estavam acompanhando. Continuou informando que o segundo

337 ponto para a Comissão seria solicitar à Secretaria do Conselho que entrasse em contato  
338 com o Ministério por telefone a fim de obter informações, informou também que fariam  
339 solicitações por escrito à Secretária Executiva sobre a publicação da resolução número  
340 07/2010. No quarto tópico, a Comissão de Normas solicitou agendamento de reuniões  
341 extraordinárias pelo período de três dias, além da sugestão para concluir as alterações  
342 necessárias na proposta de resolução do regimento interno do CNDI para depois apresentá-  
343 la a plenária. Quinto tópico foi sobre o Disque 100. Explicou que o número era  
344 operacionalizado pelo Governo sendo que atuação era do CNI no Tocantins. A inserção  
345 desse tópico no regimento interno extrapolava a competência do CNDI, embora o Conselho  
346 pudesse acompanhar a eficiência na prestação do serviço, oficial a repartição competente  
347 propondo melhorias, acompanhando efetivação do serviço e solicitando esclarecimentos. O  
348 sexto tópico de acordo com a conselheira, versava sobre o fato de que nenhum conselheiro  
349 poderia representar o Conselho Nacional tanto em atividades nacionais ou internacionais  
350 sem a indicação de ofício firmado pela presidência do CNDI sem o qual a representatividade  
351 seria prejudicada. No sétimo tópico, prejudicada análise do ofício da segunda Promotoria de  
352 Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, ofício número 1.091/2011, o qual solicitava  
353 posição do CNDI quanto à legalidade do procedimento adotado por uma instituição de longa  
354 permanência no Município de Sumidouro, tendo em vista ausência de documentos referidos  
355 que deveriam ser analisados, foi solicitado para Comissão de Normas que analisasse a  
356 questão dessa instituição de longa permanência. O grupo não teve acesso aos documentos  
357 que vieram anexados na digitalização continuou informando que apenas veio o ofício do  
358 Ministério Público, a Comissão de Normas posicionou o Conselho que no dia anterior entrou  
359 em contato com o Promotor de Justiça e oficial de promotoria que mencionou que ia  
360 encaminhar os documentos para que se pudesse providenciar análise e responder o ofício  
361 do Ministério Público do Rio de Janeiro. Relatou que houve um debate também sobre a lei  
362 12.461/2011, que alterou o art. 19 do Estatuto do Idoso devido a um e-mail enviado pela  
363 Presidente Karla Cristina Giacomini, ao Conselheiro João Batista Lima Filho, Coordenador  
364 da Comissão de Políticas Públicas do CNDI. A Comissão de Normas indagou à  
365 representante do Ministério da Saúde, Conselheira Luiza Machado (MS), a possibilidade da  
366 consulta ao setor de vigilância epidemiológica, que tratava o evento violência sobre a  
367 frequência de notificação dos estados e Distrito Federal, e enviou circular a todos os  
368 gestores do SUS sobre alteração do Estatuto do Idoso, sobre o seu funcionamento. No nono  
369 tópico, houve a análise aprofundada do estatuto do idoso no âmbito de CNDI levou-se a  
370 discussão aos estados durante a celebração dos dez anos do Conselho Nacional, haja vista  
371 que em 2003 o Estatuto do Idoso completara dez anos. Propôs realizar uma análise para  
372 uma possível reforma dentro do estatuto sendo necessária também a formação de um grupo  
373 para analisar as alterações que precisam ser feitas adaptadas á realidade. Finalmente  
374 concluiu com o último tópico sobre a posição da plenária do CNDI sobre a manifestação da

375 FIFA quanto á meia entrada para os idosos nos eventos esportivos durante a copa de 2014.  
376 A presidente Karla Cristina Giacomini pediu que fosse disponibilizado aos conselheiros o  
377 manifesto do Fórum Nacional. A Conselheira Nilma Paulo revelou que havia ficado uma  
378 solução que não tinha sido resolvida que era como não chegava respostas aos ofícios,  
379 como é que isso ficaria posicionado com relação à terceira Conferência. Indagou se quando  
380 chegassem as repostas, como estas seriam compiladas e apresentadas na Conferência.  
381 Ressaltou que talvez naquela proposta fizessem uma reunião extraordinária para analisar as  
382 respostas dos ofícios, por ser temerário que se apresentasse na Conferência sem que o  
383 Conselho tivesse conhecimento da resposta dos ministérios. A Presidente Karla Cristina  
384 Giacomini lembrou a todos que ocorreria no ano corrente a Conferência Nacional do Idoso e  
385 o Conselho iria fazer uma avaliação da Política Nacional do Idoso dentro da Conferência e  
386 para fazer essa avaliação foi feito um ofício endereçado aos ministérios com um roteiro de  
387 perguntas sobre como andava a gestão dentro de cada uma das pastas em relação à  
388 política. Informou ainda que os ofícios foram discutidos e debatidos na plenária de agosto,  
389 mas pelo que foi compreendido, o encaminhamento do ofício chegara no dia 19 de outubro  
390 do corrente ano. Na resolução falava que o Ministério teria 60 dias para responder e  
391 certamente, eles poderiam não responder por que eles ainda estavam dentro do prazo e que  
392 essa postura prejudicava o Conselho. Continuou dizendo que a resolução finalmente saiu  
393 publicada, mas o ofício não. A Conselheira Helen esclareceu que a referida questão dos  
394 ofícios, que os mesmos não estavam chegando aos outros ministérios, mas que havia  
395 chegado ao Ministério da Saúde no dia anterior. Continuou dizendo que o ofício não tinha  
396 data para resposta. A Conselheira Adriana Zorub Fonte Feal dirigiu-se à Conselheira Helen,  
397 relatando que o prazo para resposta do ofício estava na resolução e que todos haviam se  
398 sentido muito pouco à vontade de dar um prazo para o ministro responder um ofício, que era  
399 constrangedor para o grupo. A conselheira Helen revelou que não sabe como os ofícios  
400 chegaram para os outros ministros, pois para o Ministério da Saúde havia chegado como  
401 carta e tinha vindo com tarja de urgente e quando chegava assim, tinha-se dois dias para  
402 responder. A Secretária Ivanilda Figueiredo pediu a palavra e disse que queria colocar que a  
403 Secretaria estava com dez consultores trabalhando apenas nas questões da Conferência  
404 Nacional do Idoso, esses consultores estavam trabalhando nos textos e que eles seriam os  
405 próprios relatores na Conferência, continuou relatando que através desses consultores e  
406 consultoras todos iriam se empenhar para buscar a resposta dos Ministérios não somente  
407 na reunião, mas através de ligações e que os conselheiros receberiam as repostas por  
408 escrito. A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo informou que Ministério Público  
409 de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência tinha todos os telefones  
410 ninguém havia recebido os números, porque às vezes o e-mail não funcionava, mas ela  
411 gostaria de ter os números. O próximo a falar foi o Conselheiro João Batista Lima Filho que  
412 iniciou relatando que o assunto que foi colocado pela Comissão de Normas se referia à

413 leitura e apreciação das respostas dos ministérios que também fazia parte da Comissão de  
414 Políticas Públicas. Continuou informando que foi solicitado à Coordenadora Rosemeire  
415 Rodrigues que enviasse para todos a Xérox dos ofícios que foram enviados os Ministérios  
416 no dia 19 de outubro, revelou que se não houvesse resposta dos ministérios com  
417 informações e se realmente se não tivesse os dados dos ministérios, e que o país estava  
418 fazendo, não haveria condições de sua apresentação em Santiago do Chile. Outra proposta  
419 colocada foi que haviam sido sugeridos na plenária, 14 ofícios e iriam tentar nomear um  
420 conselheiro da sociedade civil para acompanhar cada um dos ministérios e a resposta dos  
421 ofícios. O Conselheiro Marcos Wandresen lembrou aos presentes que também dentro da  
422 mesma preocupação de dados e informações estava saindo o primeiro Seminário sobre Rio  
423 Mais 20, que deveria ocorrer também no ano de 2012 e que o mundo inteiro estaria com  
424 suas atenções voltadas para o seminário e que o Brasil certamente seria chamado. A  
425 Presidente Karla Cristina Giacomini para encaminhamento sugeriu que na plenária dos dias  
426 06 e 07 de dezembro, que a Comissão de Normas à semelhança do que deveria acontecer  
427 com o GT do Fundo, comparecesse um dia antes e trabalhassem a mudança do regimento.  
428 A Comissão deveria na primeira plenária de 2012 levarmos para o Conselho a minuta do  
429 regimento para ser modificado onde a presidente colocaria em votação se a Comissão de  
430 Normas concordasse com esse encaminhamento. Houve concordância de todos. Concluiu  
431 relatando que iria fazer parte da reforma do regimento, que a reforma do regimento tinha  
432 que rever as Comissões Permanentes, que a competência das Comissões e que os  
433 conselheiros seriam consultados sobre o assunto. Em relação ao manifesto do Rio, pediu  
434 que o Conselho se posicionasse. O Senhor Araújo, como membro do Fórum Nacional  
435 Permanente da Sociedade Civil, esclareceu que havia dois manifestos, um do Rio de  
436 Janeiro e um do Fórum Nacional. O manifesto estaria tratando da questão do ingresso  
437 previsto no estatuto que estava sendo cogitado pela FIFA de que o Governo brasileiro  
438 alterasse o estatuto para não permitir a meia entrada. Revelou que o Fórum preocupado  
439 com essa situação fez um manifesto de repúdio a essa ameaça aos direitos do idoso do.  
440 Pediu então que a Presidente Karla Cristina Giacomini falasse do Estatuto, da necessidade  
441 que o Congresso não modificasse essa parte do Estatuto. A Conselheira Vitória Góis  
442 informou que saiu na Folha de São Paulo no dia anterior, no caderno do Esporte, que já iria  
443 ser aplicado naquele evento a lei do Brasil a meia entrada só para as pessoas idosas. O Sr.  
444 Araújo questionou se os estudantes seriam prejudicados. A Conselheira Vitória Góis  
445 esclareceu que não. Pediu para lerem a entrevista do Secretário da Comissão Internacional  
446 dos Esportes. O Sr. Araújo explicou iria pedir ao Conselho que também fizesse um  
447 manifesto na mesma linha na defesa do estatuto. A Presidente Karla Cristina Giacomini  
448 agradeceu e colocou o tema em discussão. O Conselheiro João Batista Lima Filho destacou  
449 que concordava que o CNDI devia se posicionar referendando de alguma maneira, só não  
450 queria outro manifesto porque se não ficava muita coisa escrita. Assinaria em baixo um dizer

451 do manifesto do Fórum Permanente Nacional, essa questão e que fosse levada até também  
452 a Conferência Nacional. Reforçou que o conselho deveria se manter mobilizado até que  
453 fosse realmente decidida a questão da meia entrada que era passível de ser uma coisa  
454 ávida para os Cofres da FIFA. O Conselheiro Marcos Wandresen pediu a palavra para  
455 informar também sugeriu que poderia ser levado para todos os Conselhos de Estado do  
456 Brasil inteiro. A Presidente Karla Cristina Giacomini explicou que o manifesto tratava da  
457 questão da participação dos idosos, do respeito ao estatuto e que em outro ponto eles  
458 colocavam diante deste cenário uma conclamação aos delegados da 3ª Conferência. Que  
459 não deliberassem qualquer proposta de mudança do estatuto do idoso por representar um  
460 risco na medida em que não se tinha controle nem sobre emendas que poderiam advir, e  
461 nem sobre a votação dos Parlamentares, assim o Conselho referendava o manifesto.  
462 Explicou que quando se colocava que o estatuto do idoso precisava ser analisado, era  
463 porque nos dez anos quase de estatuto o Conselho percebeu distorções e mau uso do  
464 estatuto e que era preciso analisá-lo para ser compreendido, debatido, e aprimorado, pois  
465 não se estava propondo revisão do estatuto e sim como Conselho, a apropriação da lei.  
466 Concluiu que se fossem referendar, colocariam no que tangia a respeito ao estatuto do  
467 idoso durante a Copa. A Conselheira Sara Maria Araújo Melo aproveitou para reforçar que o  
468 Conselho deveria estudar o estatuto com mais profundidade para propor a revisão e a partir  
469 disso, todos reconheceriam falhas que inclusive de repente não se reconhecia. O  
470 Conselheiro João Batista Lima Filho relatou que no item 6, estava indo para a mesma decisão  
471 da Comissão de Norma se após análise a opinião foi de que as resoluções da terceira CNDI  
472 deveriam constituir um GT para que se revisasse e estudasse a questão do estatuto do  
473 idoso. Relatou que quando a Comissão de Políticas Públicas através dele e da Conselheira  
474 Lilian Alincke, representou o CNDI junto à Frente Parlamentar do Idoso na Câmara Federal  
475 no dia anterior explicitou sobre o programa que não era só para pessoas idosas. Seria  
476 lançado naquele dia pela Presidenta Dilma Roussef e que fazia parte do Plano Nacional da  
477 Pessoa com Deficiência e ainda que tinha questão no Centro Dia, um tópico pessoa idosa.  
478 Revelou que o Centro Dia para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência era uma política  
479 do MDS, e que cabia a eles explicarem, mas o que lhe chamou atenção foi ter entrado no  
480 debate a partir do momento que abriu o diálogo com a frente parlamentar com a Deputada  
481 Flávia Moraes, que pelas próprias palavras e algumas considerações parecia desconhecer  
482 inclusive a questão da demografia. Revelou que isso era uma maneira pela qual era preciso  
483 trabalhar na Câmara Federal que as portas estavam abertas, mas que havia uma confusão  
484 muito grande, pois achava que o CNDI deveria estar atento ao assunto porque muitos lá  
485 chamaram infantilmente de creche do idoso, o que fez o conselheiro protestar contra essa  
486 questão. Concluiu dirigindo-se à presidente que sua participação foi que toda reunião da  
487 Frente Parlamentar deveria ter um membro do Conselho do Idoso, pois assim poderia  
488 realmente debater algumas questões que não andavam bem formadas. Sugeriu diretamente

489 à SDH que fosse encaminhado ao Centro Latino Americano de Violências e Saúde, a  
490 Claves FIOCRUZ, para que os dados fossem tratados analisados e posteriormente  
491 apresentados ao CNDI. A Presidente Karla esclareceu ao Conselheiro João Batista Lima  
492 Filho que quando se pedia o fluxo de denúncias do Disque 100 era para ter conhecimento,  
493 não significava que iria virar Disque 100, a proposta não era essa. A Conselheira Adriana  
494 Zorub Fonte Feal fez referência ao que o Conselheiro João Batista Lima Filho mencionou  
495 que havia sido comentado sobre a legitimidade do Conselho de falar sobre a questão do  
496 Disque 100. Relatou que não havia sido aquilo que a Comissão de Normas entendeu na  
497 tarde do dia anterior porque para regulamentar o Disque 100 dentro do regimento interno  
498 não seria legítimo discutir isso sobre o Disque 100 dentro do regimento interno, porque  
499 quem operacionalizava era a Secretaria, o Governo e o Conselho não poderia no caso  
500 legislar sobre essa questão do Disque 100, mas que seria sim competência do Conselho  
501 acompanhar o serviço que estava sendo prestado; sua efetividade, enfim, fazer todos os  
502 acompanhamentos necessários para que o serviço fosse implementado e que ele  
503 funcionasse. A Conselheira Helen Pernan pediu a palavra e relatou que participou no dia  
504 anterior da Comissão de Políticas e sugeriu um ponto de pauta que tinha sido sugerido na  
505 Comissão de Normas e ela não sabia que era com relação à vigilância epidemiológica.  
506 Acreditava que além do Disque 100, poderiam no Ministério disponibilizar para os  
507 conselheiros como estava sendo feita a notificação no estado, no município e todos  
508 deveriam ter esses dados. A referida conselheira se propôs enviar para o Conselho. A  
509 Presidente Karla Cristina Giacomini, esclareceu que enviou o referido ponto de pauta para as  
510 comissões porque a mudança do estatuto não havia sido dialogada sobre a mudança do  
511 estatuto, e a intenção era saber se essa mudança foi profícua ou não. A Conselheira Helen  
512 Pernan explicou já haviam sido feitas algumas oficinas estaduais e municipais da área  
513 técnica e saúde do idoso junto com a vigilância. Sugeriu que se poderia trazer esses dados  
514 para o Conselho. O Conselheiro João Batista Lima Filho, para reforçar sobre a questão do  
515 item quatro que era aperfeiçoamento do junto ouvidoria à SDH, do fluxo do Disque 100, que  
516 o Conselho iria aguardar o pronunciamento do Disque 100 naquela Plenária. Continuou  
517 dizendo que outro item de pauta, revisão de políticas referentes à pessoa idosa tinha como  
518 marca aprovação do estatuto do idoso e era assunto encerrado. A Presidente Karla  
519 Giacomini explicou que havia a sugestão para o Ministério de Educação trabalhar a temática  
520 do envelhecimento. O Conselheiro João Batista Lima Filho pediu para deixar aquele assunto  
521 por último para que se seguisse a sequência da leitura do pacto, do envelhecimento ativo e  
522 saudável de assistência de fase de tramitação para aprovação, observadas estratégias para  
523 metodologias de trabalho com a pessoa idosa. Revelou que a comissão sugeria à SDH que  
524 tivessem membro do CNDI também participando para poder se inteirar e participar cada vez  
525 mais. A Secretária Ivanilda Figueiredo esclareceu que a Secretaria de Direitos Humanos não  
526 possuía uma Comissão Permanente e o que se tinha eram acompanhamentos de cada

527 Conferência, até porque na estrutura da Secretaria, tinha diversas Secretarias que estavam  
528 realizando Conferências paralelas, mas que essa era uma discussão que já estava  
529 acontecendo internamente e que ao fim das duas Conferências, se estabeleceria uma  
530 Comissão de Acompanhamento das Conferências, não de uma Conferência apenas. Após  
531 esclarecimentos o Conselheiro João Batista Lima Filho continuou sua explanação. Sobre os  
532 itens numerados 9 e 10 sobre o Fundo Nacional do Idoso, apenas um ponto deveria ser  
533 colocado, era de que a proposta de encontro das Comissões no dia anterior à plenária  
534 deveria haver uma publicação da resolução da Constituição do GT. Explicou que era preciso  
535 garantir a vinda legalmente. A Presidente Karla Cristina Giacomini explicou que a proposta  
536 era aproveitar a vinda dos conselheiros e trazê-los um dia antes para tratar do GT do Fundo.  
537 O Conselheiro João Batista Lima Filho colocou que se plenário concordasse era  
538 entendimento da Comissão que tinha que passar por votação. A Conselheira Yélena de  
539 Fátima Monteiro de Araújo, para complementar relatou que seu grupo participou da reunião  
540 da Comissão de Políticas Públicas, e queria acrescentar que em relação ao item 9, também  
541 tiveram a questão da manifestação que foi proposta na reunião de Belém e nas deliberações  
542 ficou a questão da Secretaria se manifestar sobre se era cabível ou não autorização dos  
543 recursos do fundo para realização da Conferência, pois havia essa informação, mas só  
544 verbalmente. Continuou dizendo que gostaria de oficializar isso para fechar. Em relação ao  
545 dia 05 também um grupo do fundo estava sugerindo um curso. Ela relatou que queria saber  
546 o que o Conselho achava, porque a comissão estava conversando com a Receita Federal  
547 se era possível dar uma capacitação para o Conselho. Questionou qual seria o pensamento  
548 acadêmico sobre essa questão. Queriam então saber se no dia 05 teria condições de se  
549 fazer a reunião do fundo inserindo a capacitação para todos os conselheiros, lembrando que  
550 essa questão de capacitação. Continuou no item 10, que era de afinação de agenda do GT,  
551 entendeu ser importante que na reunião de Belém a Secretaria ficou de encaminhar para o  
552 Conselho um modelo de edital de utilização dos recursos do fundo para que se pudessem  
553 fazer as alterações. Levantou outra questão era a definição de protocolo, de saber como  
554 andava o decreto presidencial que regulamentava o fundo e também a resolução número 07  
555 que apesar de serem ventilados seriam para fixar o que havia sido comentado. A  
556 Conselheira Sandra de Mendonça Mallet concordou que era importante em relação à  
557 capacitação tanto do fundo quanto do Orçamento contanto que todos os conselheiros  
558 participassem dessa capacitação, não somente a Comissão de Orçamento e Políticas  
559 Públicas, mas que todos, porque na base todos eram questionados. A Secretária Ivanilda  
560 Figueiredo pediu a palavra e colocou que a Secretaria iria verificar com o jurídico a questão  
561 do modelo, que naquele momento estavam passando por uma modificação nos modelos  
562 porque tinha acabado de sair um novo decreto da presidenta a respeito dos conveniamentos  
563 todos os modelos estavam passando por revisão jurídica. O Conselheiro João Batista Lima  
564 Filho retomou sua fala e continuou relatando os últimos assuntos ligados e vinculados

565 diretamente à Conselheira Yélena de Fátima Monteiro de Araújo. Relatou que a sugestão  
566 para o Ministério de Educação era trabalhar com a temática de envelhecimento. Relatou  
567 ainda que o Conselheiro Paulo Egon na reunião de Belém conversou com todos  
568 separadamente dizendo do momento de sensibilidade de que estava o Ministério de  
569 Educação e setores lá com a questão do envelhecimento. Ressaltou que o Conselheiro  
570 Paulo Egon se colocou como interlocutor oficial e se propôs também a fazer uma articulação  
571 oficiosamente dentro do Ministério e que finalmente sairia alguma coisa no tocante à  
572 questão de educação e envelhecimento. A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
573 iniciou sua fala explicando que iria falar um pouco de educação. Reconheceu que realmente  
574 na pauta estava a questão de análise, a sugestão para Ministério de Educação trabalhar a  
575 temática do envelhecimento nas escolas, transformar em resolução. A Comissão ficou um  
576 pouco receosa com a palavra resolução, no sentido que poderia causar um mal estar e por  
577 isso houve uma conversa com o Conselheiro Paulo Egon, de que existia uma boa vontade  
578 tanto do Ministério, do Ministro, como do Conselho Nacional de Educação. Revelou que o  
579 Conselheiro Paulo Egon sugeriu três encaminhamentos para as questões, solicitar audiência  
580 com o relator do Plano Nacional de Educação. Solicitar audiência com o Presidente do  
581 Conselho Nacional de Educação. E por último, expedição de ofício ao ministro da educação  
582 informando a questão do estatuto do idoso e inserção no currículo. Por derradeiro a  
583 conselheira sugeriu a elaboração de um relatório quantitativo da atuação do Conselho  
584 através de instrumentos que o Conselho achasse pertinente. A Conselheira Sara Maria  
585 Araújo Melo questionou como fariam um relatório quantitativo do Conselho sem as atas e  
586 gravações das reuniões do mesmo, visto que a elaboração de tais documentos era uma  
587 competência da Secretaria de Direitos Humanos. Ficou acordado no Conselho que  
588 primeiramente pensariam nos encaminhamentos da Conferência que se aproximava, após  
589 realização da Conferência dariam encaminhamentos ao relatório parcial de um ano daquela  
590 gestão. O Conselheiro Marcos Wandressen informou que a Comissão de Comunicação  
591 preocupada com a pauta de visibilidade do CNDI como um todo, sugeria aprovação e  
592 elaboração de informe especial da plenária CNDI para divulgação de forma continuada das  
593 pautas e deliberações das plenárias. Essa divulgação continuada abrangeria toda a rede de  
594 Conselhos e também aos participantes de conselheiros das suas instituições. A segunda  
595 sugestão seria atribuir à Secretaria Executiva com base nas Atas e de material de registro  
596 das plenárias a elaboração dos respectivos informes que após a sua apreciação da  
597 Coordenação serão levadas para despacho da presidente do CNDI. A presidente do CNDI,  
598 aprovou as sugestões do Conselheiro Marcos Wandresen e suspendeu a Plenária para o  
599 almoço. Retomados os trabalhos a Plenária foi reiniciada com a relatoria da Comissão de  
600 Comunicação Social. O Conselheiro Marcos Wandresen informou que os trabalhos da  
601 reunião da Comissão foram pautados priorizando a visibilidade do CNDI, a 3ª Conferência e  
602 ainda a resolução sobre a divulgação das pautas e as deliberações da Plenária. Com

603 relação à logomarca da 3ª Conferência a Conselheira Sandra Mendonça Mallet que foi  
604 apresentado um retrato em que aparecia uma família que não figurava o Brasil e sua  
605 diversidade. Foi então que foi solicitada a troca da gravura, porém a nova imagem também  
606 não contemplava, pois o retrato além de não contemplar a diversidade da família brasileira,  
607 trazia todos os personagens de braços cruzados o que poderia causar uma má  
608 interpretação. Por 14 votos e uma abstenção permaneceu a logomarca lançada pela  
609 Ministra Maria do Rosário Nunes na ocasião da Plenária de Belém, sem fotos. Em seguida o  
610 Conselheiro Marcos Wandresen propôs o seguinte artigo elaborado apresentando  
611 resoluções da Comissão em relação aos programas temáticos do PPA 2012/2015: *Artigo 1º.*  
612 *Reiterar o pedido de inclusão no conjunto de programas temáticos do PPA 2012/2015 nos*  
613 *seguintes programas de atenção ao idoso, e não apenas do Fundo Nacional do Idoso. Mas*  
614 *entendemos também como contribuição o primeiro programa que é Política Nacional dos*  
615 *Direitos do Idoso.* A Presidente Karla Cristina Giacomini sugeriu que o artigo fosse  
616 encaminhado ao relator do PPA, visto que o documento texto do Programa já tinha sido  
617 encaminhado ao Congresso Nacional. Sugeriu que a Comissão redigisse os  
618 encaminhamentos em forma de resolução e repassasse ao relator do orçamento. Passou-se  
619 então à relatoria da Comissão de Articulação de Conselhos. A Conselheira Jacira do  
620 Nascimento Serra informou que a Comissão conseguiu respostas de 14 Estados sobre  
621 pontos positivos e negativos das Conferências Estaduais e pontos de contribuição para a 3ª  
622 Conferência. A Conselheira Sandra de Mendonça Mallet esclareceu que, devido ao tempo  
623 escasso, não apresentaria as sugestões de cada Estado, que encaminharia para o e-mail da  
624 Secretária Executiva a avaliação e a secretaria encaminharia para os demais conselheiros  
625 caso alguém quisesse saber detalhes de um Estado específico. Relatou que a maioria dos  
626 Estados elencou como ponto positivo o acolhimento dos locais escolhidos e a questão da  
627 acessibilidade e como ponto negativo o não atendimento aos horários, principalmente de  
628 abertura dos trabalhos. A Presidente Karla Cristina Giacomini passou a informar em seguida  
629 aos Conselheiros a última proposta em relação à Conferência. Informou que de acordo com  
630 o documento em tela e tendo em vista o que aconteceu nas conferências estaduais, a opção  
631 foi por não acontecer a Conferência Magna na solenidade de abertura e separar os dois  
632 momentos. A conferência magna trazia um panorama sobre o tema: O compromisso de  
633 todos por um envelhecimento digno no Brasil. A conferência começaria no dia 23 de  
634 novembro a partir das 10 horas da manhã, com a Plenária inicial. A Plenária seria presidida  
635 pela presidente do CNDI e coordenada juntamente com a Conselheira Sara Maria Araújo  
636 Melo e Conselheiro Fátima Guimarães do Ministério da Justiça onde seria lido o regimento e  
637 aprovado o regulamento da conferência, passando então para a Conferência Magna. A  
638 Conferência Magna seria coordenada pelo Conselheiro Marcos Wandresen e quem  
639 preferiria seria Professora Ana Amélia Camarano do IPEA. Saindo em seguida para o  
640 almoço. Com relação aos delegados informou que a conferência nacional tinha 865

641 delegados, desses, vinte e oito delegados do Conselho, todos os suplentes da sociedade  
642 civil, e oito dos quatorzes suplentes do governo. Informou que o espaço seria dividido em  
643 onze salas funcionando simultaneamente e as delegações distribuídas por região. Sala I  
644 todos os delegados da região norte reunidos, nas salas II, III e IV os delegados do nordeste,  
645 na sala V os delegados do centro oeste, VI, VII, e VIII os delegados do sudeste e IX e X dos  
646 sul. As reuniões irão ter como conclusão a construção de uma carta endereçada ao Governo  
647 Federal elencando as dificuldades de cada região na luta pelos direitos dos idosos. Relatou  
648 ainda que paralelamente a essas reuniões aconteceria o Fórum dos Fóruns com  
649 participação de todos os presidentes e vice-presidentes dos Conselhos Estaduais, o Fórum  
650 Nacional Permanente da Sociedade Civil, o Fórum da Mulher Idosa, Plano Nacional da  
651 Mulher Idosa, o Fórum dos Gestores Nacionais da Política do Idoso. Esse grupo estaria  
652 tentando encontrar respostas para a seguinte pergunta: qual foi a avaliação do impacto da  
653 segunda conferência na política do idoso nos níveis estaduais do DF e locais? E no final do  
654 dia a solenidade de abertura com a presença de ministros e da Presidente da República  
655 Dilma Roussef. Informou ainda que todo aquele documento ora apresentado seria enviado  
656 aos conselheiros para que eles pudessem definir o grupo que desejariam ficar na  
657 Conferência. No último dia, dia 25 de novembro, novamente os eixos, novamente as  
658 pessoas divididas, novamente a definição de uma prioridade por sala. E por fim a Plenária  
659 da 3ª Conferência Nacional do Idoso com a participação dos conselheiros e a cerimônia de  
660 encerramento. Em seguida, com a chegada do Ouvidor Nacional a Presidente do Conselho  
661 lhe concedeu a palavra para que este explanasse ao CNDI as ações e o andamento do  
662 Disques 100. O Sr. Domingos Silveira primeiramente falou da sua alegria de estar em uma  
663 reunião Plenária do CNDI e do seu encanto pelo esforço em construir uma política pública e  
664 tentar minimamente democratizar o processo de decisão e definição das linhas de agir do  
665 Governo Federal. Lembrou que estava há pouco tempo na Ouvidoria Nacional e esta  
666 possuía vários canais de comunicação, tinha uma dinâmica que era a de ouvir, mas também  
667 de falar para tentar minimamente ajudar a calar as injustiças. Informou que a principal  
668 tentativa naquele momento era tentar estruturar a Ouvidoria de tal forma que a partir do  
669 muito ouvir ela pudesse tomar medidas concretas tanto em processos de investigação com  
670 em processos que pudessem incidir sobre as fontes das denúncias. Mas era preciso  
671 começar a pensar a partir do conjunto de denúncias, devolver para as áreas, primeiro  
672 devolver para as áreas da secretaria as falhas das políticas públicas que se objetivavam  
673 exatamente nas denúncias, portanto, tinha que se trabalhar no sentido de um dia a  
674 Ouvidoria não ser mais necessária e as políticas públicas estarem tão eficientes, tão  
675 poderosas que se precisasse mais de um canal de denúncia. Esclareceu que dentro dos  
676 canais de escuta da Ouvidoria, o principal deles era o Disque Direitos Humanos, que recebia  
677 vinte e seis mil ligações a cada dia, dessas um terço mais ou menos não se completavam, o  
678 que importava é que tinham em torno de quinze mil ligações concluídas e boa parte delas de

679 difusão de informações na área de direitos humanos. Informou que mais 86% das denúncias  
680 estavam relacionadas ao módulo I que era relacionada à infância e adolescência. Que era o  
681 módulo mais antigo, mais consolidado e que infelizmente era onde ainda se praticavam o  
682 maior número de lesões a direitos humanos no país. O módulo idoso vinha em seguida, não  
683 só na gravação, como no número de denúncias. Destacou que as denúncias exigiam  
684 medidas protetivas sempre que se praticasse negligência à saúde, abandono, exploração  
685 econômica e que o encaminhamento se fazia então ao Ministério Público local. Se existisse  
686 algum Centro de Apoio Especializado em determinado estado de onde partira alguma  
687 denúncia havia a comunicação em lote, a cada quinze dias, um conjunto de ofícios para o  
688 Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Idoso no estado, a fim de que o promotor  
689 responsável verificasse e acompanhasse o trabalho do seu colega em primeiro grau.  
690 Informou que grandes parceiros do Disque 100 eram os CRAS e os CREAS. Ressaltou que  
691 todas as denúncias eram encaminhadas mensalmente para os Conselhos de Idosos nos  
692 Estados. Informou que em parceria com a Petrobrás estavam envidando esforços no sentido  
693 de começar a montar e trabalhar, a partir do ano de 2012, uma primeira equipe de quarenta  
694 pessoas que se dedicaria inteiramente ao monitoramento das denúncias. E a ideia era  
695 começar no primeiro ano tentando abarcar 85% das denúncias classificadas como  
696 denúncias urgentíssimas pelo nível da gravidade e 60% das que classificadas como  
697 urgentes e tentar cobrir além de todas as capitais pelo menos as 150 maiores cidades do  
698 país. Lembrou que estava tentando dar maior visibilidade ao Disque 100 e já tinha  
699 conversas com o atual presidente do INSS para realizarem uma campanha nos Postos do  
700 INSS de divulgação do Disque 100 com cartazes, folhetos, folders, acerca do serviço. Disse  
701 concordar com o Conselho no sentido da necessidade de melhoramento do monitoramento  
702 do Disque 100. Por fim agradeceu a disponibilidade de todos e se colocou à disposição para  
703 questionamentos. A Conselheira Yélena de Fátima Monteiro Araújo questionou se era  
704 possível que o Ouvidor encaminhar aos conselheiros um fluxograma de ações do Disque  
705 100 que pudessem analisar e dar contribuições para a melhoria do serviço. A Presidente  
706 Karla Cristina Giacomini agradeceu a disponibilidade do ouvidor nacional, sua  
707 disponibilidade e deu continuidade à pauta daquela reunião Plenária que seria as  
708 discussões acerca da Revista dos Direitos dos Idosos que seria um dos objetos que os  
709 delegados receberiam na Conferência. Então, essa revista seria publicada a princípio dez  
710 mil exemplares e distribuída na conferência e em outros eventos da Secretaria de Direitos  
711 Humanos. Em seguida a Sra. Nadine Borges chegou com as respostas que prometera na  
712 Plenária pela manhã dos questionamentos dos conselheiros, mas antes pediu para que  
713 abrissem discussão a respeito do cartaz da Conferência. Informou que a Secretaria de  
714 Direitos Humanos contratou uma para fazer um novo cartaz e um novo material, mas  
715 precisava esclarecer com o Conselho, pois a orientação que lhe foi passada é que teriam  
716 que contratar uma nova empresa visto que o Conselho não estava satisfeito com a Logo

717 apresentada. Ressaltou a SDH não devia, sobre o ponto de vista administrativo, usar  
718 recurso público a partir de uma demanda que foi apresentada para o Conselho e depois  
719 simplesmente desconsiderar isso e voltar a logo inicial. A não ser que o Conselho nunca  
720 tivesse emitido nenhuma opinião insatisfação com a Logo e aí seria um problema de  
721 comunicação interno que pessoalmente ela teria que resolver. Questionou ao Conselho se  
722 houve alguma discordância em relação a logo inicial. A Conselheira Sandra Mendonça  
723 Mallet esclareceu que a logomarca que foi utilizada até no lançamento da conferência foi  
724 uma logomarca que o Conselho não havia aprovado porque não teve tempo para isso.  
725 Então, estavam muito preocupados com o tempo e não tinham outra opção então, ficou  
726 aquela logomarca. O que não significou também que foi uma logomarca que o Conselho  
727 votou, simplesmente foi o que apareceu. Porém, foram apresentadas novas possibilidades,  
728 novas imagens que o Conselho achou mais interessantes, então solicitou que a gravura na  
729 logo inicial fosse trocada. A Sra. Nadine Borges entregou ao Conselho a carta resposta  
730 prometida no início daquela Plenária que continha o seguinte texto: *A Secretaria Nacional de*  
731 *Promoção e Direitos Humanos, a Secretária no caso Nadine Borges, comunica ao Conselho*  
732 *Nacional do Idoso que as publicações das resoluções 7, 9 e 14.7 de 2010, 9 de 2010, 14 de*  
733 *2011 estão em tramitação no setor jurídico e serão publicados em no máximo 10 dias úteis*  
734 *no Diário Oficial da União, o nosso setor jurídico é vinculado à casa civil só para*  
735 *esclarecimento, se não é como a Secretaria faz parte da Presidência da República,*  
736 *informamos os outros 5, que a resolução número 3 já foi publicada.* Reiterou o voto de  
737 confiança, agradeceu a todos e se despediu. Com relação às fotos a Plenária não possuía  
738 mais quórum para deliberações, restando apenas a sugestão da fotografia número cinco e  
739 fotografia número 10. Em Seguida a Presidente do CNDI Karla Cristina Giacomini, sem  
740 tempo hábil e quórum suficiente para deliberações encerrou a reunião.

#### 741 Conclusão Geral:

742 Foram apresentadas as novas representações do CNDI da Secretaria de Direitos Humanos,  
743 Sr. Claudécir Barbosa, Sra. Ivanilda Figueiredo; a nova Secretária-Executiva, Sra.  
744 Rosemeire Rodrigues; e a nova Coordenadora da Política Nacional do Idoso, Sra. Márcia  
745 Oliveira.

746 Recebeu Carta-Resposta da Sra. Nadine Borges a respeito dos questionamentos do CNDI  
747 com relação às resoluções não publicadas e instabilidade executiva do Conselho. Aprovou  
748 que todas as manifestações dos Conselheiros seriam feitas por escrito para que não  
749 houvesse mais divergência de informações. Aprovou elaboração de memória do CNDI  
750 posteriormente à Conferência Nacional do Idoso; fotos número cinco e dez, ainda para  
751 discussões posteriores, para a logomarca da Conferência.

752 Nada mais constando a degravar, eu Claudia Americana Dolabella encerro os apontamentos  
753 da 53ª Reunião Ordinária do CNDI, realizada em 26 de outubro de 2011 em Brasília-DF.

754

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.